



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL

CURSO DE GRADUAÇÃO HUMANIDADES

**BESNA MANÉ**

**A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E A DIVERSIDADE  
CULTURAL E ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU**

**REDENÇÃO, CE**

**2017**

BESNA MANÉ

A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E A DIVERSIDADE  
CULTURAL E ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão do curso a ser apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup> Artemisa Odila Candé Monteiro

REDENÇÃO, CE

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Mane, Besna.

M24f

A formação do estado nacional e a diversidade cultural e étnica na Guiné-Bissau / Besna Mane. - Redenção, 2017.  
52f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto De Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

Orientadora: Prof. Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro.

1. Guiné-Bissau. 2. Diversidade Étnica. 3. Língua Crioula. 4. Formação do estado nacional. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 966.5703

---

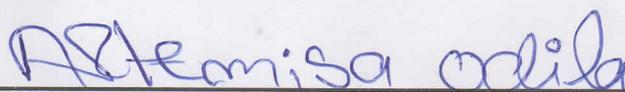
BESNA MANÉ

A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E A DIVERSIDADE  
CULTURAL E ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU

Monografia julgada e aprovada para obtenção de Diploma de Graduação em  
Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira.

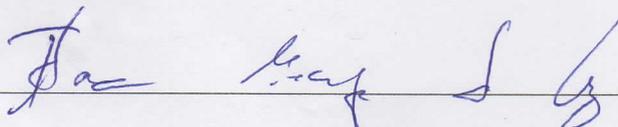
Aprovado em: 02\08\2017

Banca Examinadora:



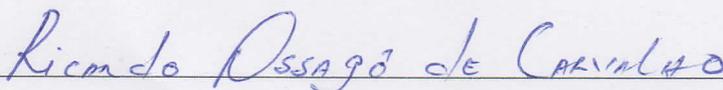
Professora Dr.ª Artemisa Odila Candé Monteiro (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Professor Dr. Itacir Marques da Luz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Professor Dr. Ricardo Ossago de Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

REDENÇÃO, CE

2017

## Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais  
Manuel Inhenre Mané (*in memorian*), e a  
minha querida mãe Segunda Djabatá.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus eternos agradecimentos aos meus pais, Manuel Inhênre Mané (falecido), Segunda Djabatá pelo carinho e confiança que tem me dado durante meus estudos até data presente, aos familiares Amarildo Sambú, Claudio Djabatá e Malam Mané a minha orientadora professora Dra. Artemisa Odila Cande Monteiro, que tem me ajudado durante a aplicação desta pesquisa e aos meus irmãos Serafim Mané, Afonso Mané, Benvindo Mané, Lucas Mané, Januário Mané, Alvarina Mané e em memória das duas nossas mais velhas irmãs que hoje não estão junto de nós nesse mundo, Quinta Mané, Sábado Mané, que contribuíram na fase inicial do meu estudo no ensino básico que quando passei de classe recebia presentes delas. Primo\ã Blone Mané, Domingos na Bidem, aos colegas do meu irmão Rodesio Gomes da Silva, Tugna na Tamba, Abamé Mendonça que muitas das vezes trouxe-lhes a dúvida para me esclarecerem, para os meus amigos da infância que não pude colocar todos os nomes aqui. Sem esquecer das pessoas com quem eu moro aqui no Brasil, Davide Joaquim, Sadjo Mané, Carlos Zacarias Joaquim Junior, Lamine Sanó, estes são pessoas que felizmente completam meu sentido nesse percurso acadêmico, conselhos duvidas da matéria e em fim. Meu agradecimento vai especialmente aos nossos magníficos professores guineenses que partilham os seus saberes conosco nas palestras e debates são eles: professor Dr. Mario Biague, professor Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, professor Dr. Lourenço Ocuni Cá e professor Dr. Ricardo Ossago Carvalho. Sou profundamente grato ao governo brasileiro e em especial a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, ao seu processo seletivo de estudantes estrangeiros, sem esquecer dos colegas estudantes do meu edital 2014.1, guineenses, são tomenses, angolanos, moçambicanos cabo verdianos e brasileiros. Esse mesmo agradecimento vai para todos os professores e técnicos administrativo do instituto de Humanidades e Letras (IHL), ao nosso coordenador do curso Leandro Proença.

Enfim, a todos os professores da UNILAB, brasileiros e africanos e, em especial ao programa de graduação em Humanidades.

## Epigrafe

*“Devemos vangloriar a nossa riqueza cultural como sendo a identidade comum, mas não as usar para desviar consciências da população para seus interesses”*

*(Besna Mané)*

## RESUMO

Esta monografia consiste numa pesquisa que tem como foco a formação do estado nacional e a diversidade cultural e étnica na Guiné-Bissau. A diversidade cultural e étnica na Guiné-Bissau, contribuiu fortemente para a formação da identidade nacional. Esta unidade nacional, teve a sua origem com a invasão colonial, forjando a unidade contra o inimigo comum. O início da luta armada em 1963, fortaleceu muito a língua crioula que posteriormente veio a ser a língua nacional, que contribuiu muito na formação do estado na Guiné-Bissau. Esta pesquisa tem como objetivo compreender como se deu a formação do estado nacional a partir das diversidades étnicas que serviu no período colonial como fator de resistência e a formação da identidade guineense. No entanto, esta diversidade veio a ser questionado pós-independência com a abertura do período democrático como fator de entrave ao processo de desenvolvimento político. Quanto ao procedimento metodológico usado para esta pesquisa, trata-se de um estudo bibliográfico (livros, teses, dissertações e artigos) para a construção do embasamento teórico e uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritivo.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau, Diversidade étnica. Língua Crioula. Formação do estado nacional.

## ABSTRACT

This monograph consists in a research which has as its theme the formation of the national state in Guinea-Bissau, and the ethnic and cultural diversity. The cultural and ethnic diversity in Guinea-Bissau, contributed strongly to the formation of national identity. This national unit had its origin in the colonial invasion, forging unit against the common enemy. The beginning of the armed struggle in 1963, fortified much the Creole language that later came to be the national language, which contributed greatly to the formation of the state in Guinea-Bissau. This research aims to understand how the formation of the national state was born from the ethnic diversities that served in the colonial period as a resistance factor and the formation of the Guinean identity. However, this diversity came to be questioned post-independence with the opening of the democratic period as a factor hindering the process of political development.

As for the methodological procedure used for this research, it is a bibliographic study (books, theses, dissertations and articles) for the construction of the theoretical foundation and a qualitative research of the descriptive type.

**Key-words:** Guinea-Bissau, Ethnic diversity. Creole Language. Formation of the national state.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANP - Assembleia Nacional Popular

BM - Banco Mundial

CFA - Colonies Françaises D´Africa

FCG - Fórum Cívico Guineense

FLING – Frente de Libertação Nacional de Guiné

FMI – Fundo Monetária Internacional

FRAIN – Frente Revolucionaria para a Independência

MAC – Movimento Ante Colonial

MLGC – Movimento de Libertação de Guiné e Cabo verde

MLG – Movimento de Libertação da Guiné

MING – Movimento para a Independência da Guiné

OUA – Organização de União Africana

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PCD – Partido Convergência Democrática

PIDE – Policia Internacional de Defesa de Estado

PRS – Partido da Renovação Social

PUSD – Partido Unido Social Democrática

RDAG – Reunião Democrata Africana da Guiné

RGB-MB – Resistencia da Guiné-Bissau-Movimento Bafata

UDEMU – União Democrata das Mulheres da Guiné

UEMOA – União Econômica e Monetária do Oeste Africano

UM – União para Mudança

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UPG – União de Povos da Guiné

UNGP – União dos Naturais Portugueses

UPLG – União da População Libertada da Guiné

URSS – União da Repúblicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Quadro 1.** O quadro abaixo mostra a evolução da língua crioula até a sua modernização (aculturação).....p. 28.
- Quadro 2.** Quadro demonstrativo de candidatos, partidos, e acentos parlamentares.....p. 42.
- Quadro 3.** Demonstrativo dos votos por regiões, (CARDOSO, 1996; SANGREMAN et al 2006).....p. 43.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICO CULTURAL DA GUINÉ-BISSAU NOS MEADOS DO SÉCULO XV</b> .....	19
2.1. SURGIMENTO DO CRIOULO COMO FATOR DE UNIDADE ÉTNICA .....	23
2.1.2. RESISTÊNCIAS ÉTNICAS E OS MOVIMENTOS URBANOS NA CONTESTAÇÃO DA SOBERANIA.....	29
<b>3. A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E A DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL</b> .....	<b>34</b>
3.1. A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BISSAU-GUINEENSE PÓS-INDEPENDÊNCIA: REFLEXÃO E DESAFIOS .....	38
3.2. A ABERTURA MULTIPARTIDÁRIA NA GUINÉ-BISSAU: REFLEXÃO E DESAFIOS.....	40
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	49

# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática sobre a **formação do Estado nacional e a diversidade cultural e étnica na Guiné-Bissau**. Teve como proposta analisar a formação do estado nacional a partir das diversidades étnicas-culturais, consideradas uma das riquezas da população Bissau-guineense. A contribuição étnica e cultural destacou-se significativamente no processo da independência e na construção da formação da identidade nacional.

Em vista de luta pela independência, no passado, a liderança intelectual e político tiveram a iniciativa de unir todos os grupos étnicos à volta da luta armada contra a dominação colonial. Esperava-se que esse desejo fosse mantido, entretanto com a independência em 1973, e com a abertura multipartidária de 1993 desenhou um novo contexto sobre a representação política na Guiné-Bissau. É nesta senda, que se problematizaram as questões étnicas e o pertencimento identitário de um determinado candidato, como condições *sine qua non* da sua elegibilidade, como presidente da República e/ou como deputado da nação.

Nestas circunstâncias a representação popular através dos deputados não funciona, na maioria das vezes, os votos servem para satisfazer as necessidades políticas de um determinado indivíduo chegar ao cargo político no comando do país. Outra questão que se apresenta nesta tenebrosa representação política são as narrativas discursivas étnicas com teor divisionista permeado de discurso tribalista.

Diante desta fatídica questão, a minha indagação é, será que as diversidades étnicas continuam sendo responsabilizadas pelas sucessivas instabilidades políticas que perpassam o país? Como se deu a formação do estado a partir da diversidade cultural?

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de compreender como se dá a convivência entre as populações Bissau-guineense, a partir da diversidade cultural e étnica que compõe o país, tendo o crioulo como uma língua de mediação nacional. O país é formado, aproximadamente por 40 etnias e cada uma delas tem a sua língua própria, some-se a isso as diversas formas de manifestações culturais. Em meio a estas diversidades étnicas e linguísticas, o povo consegue se articular em conjunto, principalmente quando se trata das questões nacionais.

Há mais de uma década essa riqueza das diversidades culturais vem sendo colocado no centro das produções das narrativas discursiva dos políticos, como fator

entreve para o avanço da democracia no país. Importante ressaltar que, a convivência da população sempre foi marcada pelos laços da unidade, fato que pode ser observado dia a dia dentro das comunidades ou entre as comunidades étnicas.

Além disso, há forte aproximação entre Bissau-guineenses no cotidiano social e nos lugares públicos. A escola é um dos lugares que constitui este ponto de encontro com diferentes indivíduos de diferentes etnias. Ou seja, o espaço por excelência da reprodução desta diversidade cultural e étnica.

Quanto às tradições religiosas, pode-se perceber que, cada etnia, através da sua manifestação cultural tem as suas crenças ancestrais, mesmo assim, não se verifica problemas relacionados à intolerância religiosa. Além disso, o país conta com outras religiões universais como católicos, muçulmanos, entre outros, que convivem em perfeita harmonia. Problemas relacionados com questões de religião observados atualmente no mundo, ainda não existem no país, pelo contrário, há uma forte ligação entre as pessoas de segmentos religiosos diferentes e de tradições culturais diferentes, também entre as autoridades religiosas (Bispo, Imãmis, Pastor, etc.), nas quais trabalham de forma conjunta na mediação de conflitos entre as populações, e caso houver desentendimento no aparelho de Estado, estes chefes religiosos de diferentes regiões da Guiné-Bissau que servem de suporte de mediação do conflito entre o chefe do governo (Primeiro-ministro) ou Presidente da República.

É na base da unidade entre os distintos grupos étnicos, que o país conseguiu libertar-se do colonizador, através da luta armada, envolvendo toda a população de diferente camada social. Isso foi uma marca histórica do país e que atualmente é comemorado por todos, sem distinção racial, religiosa e gênero.

Sendo assim, a diversidade étnica, cultural e linguística considerada hoje, por alguns políticos como sendo fatores geradores dos conflitos na Guiné-Bissau, foi o que me chamou a atenção e impulsionou a escolher essa temática, e traçar uma retrospectiva sobre a realidade social e de sociabilidade da população Bissau-guineense e os caminhos que se desenharam desta unidade na construção do estado nacional durante o processo de luta de libertação nacional.

A Guiné-Bissau é um país com menos de 40 etnias<sup>1</sup>. Elas estão inseridas nas diferentes regiões com maior ou menor número, sendo assim, misturam-se com outras etnias, preservando o respeito mútuo, mesmo que sejam estimulados ou manipulados pelos partidos políticos para uma divisão. Cada grupo étnico estabelece clima de harmonia com os demais grupos evitando assim os possíveis conflitos de cunho tribal.

Segundo Djaló (2015) “nunca houve um problema de conflito étnico na Guiné-Bissau. Não há o problema do espaço vital (de uma etnia), nunca houve um confrontação inter-étnica, apesar de todas as convulsões que nós temos tido”. Apesar de tudo isso, podemos dizer que a Guiné-Bissau teve sorte, com tantas diversidades étnicas é um país que carece de conflitos étnicos, cada grupo étnico com sua cultura, mas nunca houve divisão entre elas, diferentemente dos outros países na África. Ainda Djaló, na entrevista a Lusa (Agencia de notícias portuguesa) afirma que “a liderança política parece estar tentada a criar “um falso problema” na Guiné-Bissau opondo a população umas contra outras com pressupostos étnicos, dando o exemplo da vizinha Guiné Conacri onde, afirmou, que as clivagens são reais” (2015).

A questão étnica não deve ser menosprezada por aqueles que se interessam em compreender o processo histórico da formação do Estado nacional bissau-guineense. Foi através do processo da organização da luta de libertação nacional que se deu início a organização dos grupos étnicos em uma única frente com propósitos de unidade em torno da dispersão antes existente.

Neste contexto, a questão da unidade étnica é um processo fundamental das resistências para a independência da população bissau-guineense. De acordo com Afonso e Martelo (2009, P. 6) “o tribalismo representava os tradicionais valores dos povos da África, questão que os novos dirigentes nacionais não puderam ultrapassar sem novos e extensos conflitos”, acrescentando que na Guiné-Bissau a política deve ser organizada, respeitando as etnias, pois elas constituem uma da maior riqueza cultural.

Vale ressaltar que, na Guiné-Bissau, o contato europeu fez surgir o crioulo que hoje é falado por maioria dos habitantes e também é língua materna de significativa percentagem da população, considerado como língua nacional. (COUTO, 1992; OPAZO, 1990; RUOGE, 1986).

---

<sup>1</sup> Entendemos como etnias um conjunto de povos que partilham do mesmo território, língua, costumes e mesmo ancestrais (KOTTAK, 2013).

Deve-se salientar ainda, que o crioulo tem um papel fundamental na união da população de diversas etnias no país. No processo da luta pela independência, tornou-se a língua em que eram discutidas as pautas da reunião dos combatentes contra o colonialismo, com ela se fazia chegar às mensagens aos demais membros, durante a luta de libertação, teve uma enorme expansão por toda região do país e adquiriu o estatuto da língua de unidade nacional. Neste sentido, contribuiu grandemente para a construção da identidade cultural própria e comum que nos fez sentir como um único povo. Sendo assim, o crioulo se torna também a língua da comunicação cotidiano das pessoas.

Para Amílcar Cabral (1945), a luta de libertação nacional como fator de cultura será alicerçada na unidade nacional. É nesta senda que a cultura e a identidade étnica contribuíram sobremaneira no processo da libertação contra os invasores portugueses. Os chefes religiosos tradicionais de cada aldeia estavam firmes em defesa das suas culturas e recusando todas as formas de submissão da cultura imposta pela colonização europeia, traçando estratégias para a preservação e conservação das suas identidades culturais.

A década de 50 constitui o marco da efervescência da unidade africana em todo o continente. E a Guiné-Bissau não foge à regra. A luta de libertação nacional teve acentuado carácter cultural desde o início das mobilizações, até a proclamação da independência. Para Candé Monteiro:

É importante frisar que um dos fatores importantes que nortearam os bastidores dos movimentos nacionalistas na Guiné-Bissau foi a questão cultural, dando azo à reafirmação e reconhecimento da identidade étnica e cultural dos bissau-guineenses diante da negação, fragmentação e reconversão identitária a que se propunha o colonialismo português. (CANDÉ MONTEIRO, 2013. P. 209).

Em linhas gerais, a luta de libertação de Guiné-Bissau que foi conduzida pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) teve como prioridade a unidade na diversidade cultural e étnico contra a dominação colonial, tendo como finalidade a organização do Estado-nação e a sua identidade nacional.

O corpo do trabalho está dividido em duas partes fundamentais que são: Na primeira parte tracei um “breve histórico sobre a situação política da Guiné-Bissau nos meados do século XV”, a situação geográfica do território da antiga Guiné, no epicentro do império de Mali com o seu vassalo e o importante reino de Kaabu ocupado pela força do poder Mandinga sobre os autóctones Baynuq e Padjadinka. Após a queda do capital do império de Gana Kumbi-Sãleh no final do século XI, a partir daí começou a

hegemonia do império de Mali com o seu rei Sundiata Keita e o seu grande general conquistador das terras Tiramankhan Traoré.

A presença Fula no território de Kaabu remonta ao século XIV e XV começou a ameaçar a força política dos Mandingas até no período de uma sangrenta guerra de Kansala que culminou com a derrota dos Mandingas nos anos 1865, a partir daí começou a verificar a presença portuguesa, no comércio de trocas com Fulas não demorou, justamente deu a declaração da ocupação portuguesa e a “descoberta” oficial do território que hoje pertence território da Guiné-Bissau no século XV. Do mesmo modo que, debrucei sobre o surgimento do crioulo como fator de unidade étnica, e a sua contribuição no período da luta armada como símbolo de unidade entre grupos étnicos, sendo que o crioulo se tornou língua veicular e marca da identidade dos bissau-guineenses. Nesta senda, desenhei balizas para compreender o histórico das resistências étnicas que iniciou com a campanha de pacificação<sup>2</sup> e pagamentos de impostos de palhota. Seguindo a história das resistências destaca-se a criação dos movimentos urbanos (partidos políticos) que deram continuidade a essa resistência numa forma de luta armada para a independência e soberania nacional.

Na segunda parte, “independência nacional e a diversidade étnica e cultural”, o destaque foi dado a convivência da população após a independência a partir da diversidade étnica e cultural como continuação da harmonia cultivada no período da luta armada. E como se constitui a formação da identidade nacional na Guiné-Bissau, refletindo sobre o que é a identidade e como se deu. Percebe-se que ela veio a partir da manifestação de uma consciência de pertencimento e da soberania nacional. Portanto descrevemos sobre a formação do estado nacional bissau-guineense pós-independência: reflexões e desafios, na construção da nação guineense influenciado no modelo europeu de não participação da autoridade tradicional.

Ainda nesta segunda parte analisei a abertura multipartidária na Guiné-Bissau e desafios perante partidos, reflexão do discurso de líderes políticos no seio bissau-guineense em que debruçamos do surgimento da democracia, e em particular a democracia guineense, e os seus principais fundamentos, a igualdade de todos perante o poder. Os discursos políticos, que se embasam na divisão étnica, como a estratégias de

---

<sup>2</sup>Método utilizado pelo governo colonial em sequência de regiões para conquistar as terras no período da colonização.

conquistar votos, o fato que muitas vezes atormenta o conforto da população, completam esta análise.

Objetivo deste trabalho é de procurar demonstrar como é que a diversidade cultural e étnico na Guiné-Bissau contribuiu para a construção da identidade nacional. Por outro, interessa-me analisar as distintas línguas étnicas e diferentes culturas na Guiné-Bissau e suas contribuições, procurando compreender como se deu a escolha da língua crioula como língua de mobilização e de unidade nacional

Quanto ao procedimento metodológico e tipo de estudo realizado, no presente trabalho trata-se de um estudo bibliográfico (livros, teses, dissertações e artigos) para a construção do embasamento teórico e uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritivo.

A pesquisa qualitativa se caracteriza, segundo Engel e Silveria (2009), por não preocupar com o número representativo da amostra, mas sim, com a compreensão dos fatos sociais. Importante ressaltar que, esse modelo de pesquisa é um dos principais desenvolvidos no campo das ciências sociais, fato que justifica a sua escolha e como o foco do presente estudo.

Considerando que a abordagem da pesquisa qualitativa, segundo (GODOY, 1995), não se apresenta como uma proposta duro e estruturado, ela permite a criatividade levando os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Neste sentido acreditamos que a pesquisa documental traz caráter inovador e contribui importante nos estudos de alguns temas dos tempos passados, ainda por cima os documentos são considerados importantes fontes de dados para pesquisas do mesmo gênero.

## **2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICO CULTURAL DA GUINÉ-BISSAU NOS MEADOS DO SÉCULO XV**

A Guiné-Bissau faz parte do território que abrangia toda costa da África ocidental. Em termos oficiais ela foi “descoberta” no século XV (1446) pelo português Nuno Tristão (BULL,1989). Mas essa mesma descoberta, que na verdade trata-se da invasão foi debruçada por autor Benjamin Pinto Bull (1989), que ao referir a descoberta da Guiné portuguesa, propriamente dita, provavelmente tenha sido por português Álvaro Fernandes no mesmo ano de 1446. Cabe indagar será que está “descoberta” não foi uma invasão de um território onde existia habitantes há anos?

A atual Guiné-Bissau faz fronteira com dois países: Senegal e República da Guiné Conacri. O país está situado na costa ocidental de África. Limitada a leste e a sul pela República da Guiné-Conacri, a oeste pelo oceano atlântico e a norte pela República do Senegal, em termos gerais o território guineense abrange 36. 125 quilômetros quadrados de área. O país está dividido entre parte insular e a continental. A parte insular abrange o arquipélago dos Bijagós, constituído por dezenas de ilhas e de ilhéus (BULL, 1989). A Guiné-Bissau é um país com duas estações: a chuvosa e a seca e situa na zona atlântica composta por cerca de 80 ilhas, entre essas ilhas apenas uma minoria é ocupada, e a vegetação é do tipo savana e floresta tropical húmido.

A origem da palavra Guiné, teve várias explicações desde o seu surgimento: uma delas, veio de Djenné, nome de uma cidade que pertence ao rio Níger, a sua ocupação mais antiga remonta no século III antes da era cristã. E com a expansão do Mali abrangeu toda essa parte sudanesa, surge outra afirmação que essa mesma palavra Guiné, veio da origem berbere que significa homem preto ou negro, sinônimo da Etiópia ou “país dos negros” termo usado em primeiro contato dos navegadores, (BULL, 1989; NHAGA, 2011; PERSON, 2010).

Mas a palavra Guiné veio a ser usada desde séculos XV, em que o Kaabu<sup>3</sup> tornou-se independente passou a dominar o conjunto da Senegambia, com a influência de invasores europeus, os da França, Portugal e Inglaterra na interpretação da palavra

---

<sup>3</sup>Kaabu é um importante Estado do império do Mali, que constituía um vasto espaço dominado pelos Mandingas, que abrangia os atuais territórios da Gambia ao norte, até os limites da Guiné-Conakry ao sul, passando pelo território da Guiné-Bissau pela Média e Alta Casamansa. (Mane, 1989).

Djenné dependendo da fonética da língua diversa presente no espaço, nesse caso os portugueses chama-la de Guiné ou franceses de Guinee. Segundo Bull (1989, P. 32), “foi só a partir do século XIX parece nos que se começa a empregar Guiné no feminino”.

Historicamente, a Guiné antes de se constituir um território ultramarino portuguesa pertencia o território de Kaabu, que era governado pela etnia Baynuk e Padjadinka, registrando nessa localidade a presença dos emigrantes mandingas desde século XII só que eles eram ainda minoritários no seio dos autóctones Baynuk e Padjadinka, etc., (MANÈ, 1989; LOPES, 2005).

Após a queda do Kumbi-Sāleh capital do império de Gana que era derrotado pelas mandingas no final do século XI, deu-se início o período de construção do império do Mali, com a vitória do rei Sundiata Keita em 1235. A partir daí os emigrantes mandingas do Kaabu começaram a ter força e ocupar o poder político, em detrimento dos autóctones após a hegemonia do Mané. Os mandingas, estes que vieram direto do grande império do Mali, como aponta os estudos de Lopes (2005) e Mané (1989), com a expedição do Tiramankhan Traoré que teria sido enviado pelo “mansa” (rei, governante) do Mali para conquistar as terras do Oeste chegaram no século XIII-XVI o território de Senegambia, e ocuparam Kaabu naquela época que hoje é leste da Guiné-Bissau concretamente Gabu. Para Djibril Tamsir Niane, Tiramankan é considerado pelas mandingas ocidentais como fundador de vários reinos, dos quais o mais importante foi o de Gabu, (MANÈ, 1989; NIANE, 2010, LOPES, 2005).

A partir dessa conquista o Kaabu começou a se desenvolver como um estado através do comércio estabelecido entre Mandingas com Europeus e mais tarde, com a fixação dos fulas. Podemos dizer que com a premência de contato de comércio de escravizados estabelecido entre fulas e portugueses, fez com que o império Kaabu se tornou importante até meados dos séculos XIX.

A população mandinga residente na região sentiu se preocupado com as diversidades étnicas existentes no território, sobretudo com a presença dos fulas com relação aos autóctones. Haviam falado atrás dos Baynuk e Padjadinkas, acrescentar os diolas, balantas, brames, manjacos e biafadas. Sem falar dos fulas porque já havia falado, estes que chegaram no Kaabu remonta aos séculos XIV e XV. A hegemonia Mandinga sobre o povo do conjunto da Senegambia, iria então aplicar-se aos outros povos que não são da mesma cultura deles vão ser mandinguizados. O Kaabu era governado por nobres Sané, Mané é através desse Mané que após a mandinguização dos

balantas, uma parte da etnia assumiu esse sobrenome dos balanta Mané, essa assimilação mandinga havia também atingido os padjadinkas e os biafadas. Nesse caso os manjacos, papeis e mancanhas estes livraram da assimilação mandinga são do interior, não vivia no capital Kansala viviam nas periferias e também são grupos étnicos minoritários, (MANÈ, 1989).

A chegada da etnia fula no século XIV ao Kaabu, foram recebidos pelos mandingas que eram seus tutores que lá estavam. Esta etnia era dependente do império do Mali, no entanto, os mandingas começaram a impor sua dominação e através dessa situação, as suas relações começaram a se enfraquecer. Os fulas não queriam que mandingas fossem considerados ou vistos como superiores, pela resistência, assim sendo fulas continuaram falando as suas próprias línguas (“uso da língua Fula”), ou seja, “fulas mantiveram a preservação de tudo o que reforça a identidade sociocultural de um povo, no seio do território mandinga” (MANÈ, 1989, P. 28). Ao longo desse período, intensificou a divergência entre eles, principalmente devido o comportamento da etnia mandinga, os fulas acabaram declarando guerra. Como naquela época existia gerações das outras etnias, estes foram o primeiro a serem derrotados pelos fulas são os da etnia biafada um dos grupos étnicos também presentes no território e depois de reunirem condições atacaram e derrotaram os mandingas com a queda do império do Mali, este mesmo tornou se autônoma do jugo mandinga após a derrota e destruição do Kansala capital do Kaabu por volta de 1865 (MANÈ, 1989; LOPES, 2005).

Dessa maneira, a presença portuguesa deu conta ao desentendimento entre fulas e mandingas, porque antes da sua chegada havia guerras de territórios, logo, aproveitou-se desse problema para conquistá-los mais fácil. Porém, passando assim a assumir o poder o libertador dos fulas, Alfa Mollo que faleceu em 1881 e foi substituído pelo filho Moussa Mollo através da questão da linhagem patrilinear, este que queria manter a governação e controlar o território, foi justamente nesta altura que os portugueses anunciaram a era colonial (MANÈ, 1989).

Pode-se perceber que os portugueses colocaram a etnia fula contra mandinga para ganhar o espaço de anunciar a sua conquista. É importante notar que os europeus não tinham nunca a possibilidade de chegar diretamente ao chefe soberano do Estado do Kaabu, faziam contatos com população e pequenos chefes, oferecendo-lhes a vantagem no comércio e influenciando lhes para obterem seus próprios lucros. As únicas

informações que obtinham sobre Kansala vinha dos “Djilas”<sup>4</sup>, essa foi a razão encontrada neles porque são segundo majoritárias no território e também aliados, (MANÈ, 1989; LOPES, 2005).

Vale salientar que, esse laço entre fulas e portugueses continuaram até nos períodos que a ocupação foi anunciada, os mesmos referidos, se consideravam uma das etnias mais avançadas no momento da ocupação colonial portuguesa, e já tinham laços comerciais na costa ocidental da África e conhecidos como criadores de gados, nômadas que não fixam num lugar através do clima favorável para as suas crias, são muito conhecidos andando quase por toda costa ocidental da África. Como o território de atual Guiné-Bissau era favorável devido ao clima tropical e húmido foi o que lhes atraiu na fixação imediata naquele território da colônia portuguesa. A etnia fula teve uma estrutura social vertical, em que há uma hierarquização da estrutura orgânica da formação da estrutura dos governos ocidentais, isto fez com que ao se anunciar a ocupação dos portugueses na Guiné, estes foram uma das etnias que estabeleceu imediatamente laços de comercio com eles, esta relação durou longo tempo e até a luta armada (SILVA, 2006).

A ocupação portuguesa e a relação com fulas trazem uma divisão entre dois grandes grupos étnicos que habitavam o território, os animistas (balantas, bijagós, mancanhas, manjacos, papeis e felupes) e os islamizados. Entre os islamizados nem todos tiveram uma boa relação com portugueses, entretanto, aqueles que mantiveram relações nunca estiveram a fim de uma revolta étnica cultural porque são mais próximos aos portugueses, e, tinham um laço comercial desde o antigo império (fulas, mandingas e biafadas), estes colaboraram diretamente com o colonizador (PINTO, 2009).

Os animistas que não tiveram a oportunidade que fulas tiveram, na sua maioria, revoltaram contra a submissão portuguesa, pois estavam sofrendo muito com a dominação, trabalhavam diariamente e sem retribuição. O comércio de escravizados aumentou através das rivalidades dos islamizados para com os animistas perto do fim do século XVI. Portugal e Espanha aproveitaram essa rivalidade étnica para explorar, introduziram novas formas de tráficos de escravizados porque já se sentiam confortados (Lopes, apud MENDES, 2010. P. 26).

O processo de escravização para a ilha de Cabo Verde, segundo Lopes, facilitou o ponto de comercio triangular, porque Cabo Verde está centralizado bem próximo a

---

<sup>4</sup> Comerciantes ambulantes africanos

Europa, levaram escravizados não só do território da Guiné, mas também pessoas oriundas da costa ocidental da África, é exatamente a partir dessa mistura com os portugueses que deu origem ao povo cabo-verdiano. Ainda para Lopes, “presume-se que os guineenses estão na origem da esmagadora maioria dos primeiros habitantes cabo-verdianos”, (Lopes apud; MENDES,2010, p. 26).

Os portugueses exploraram não só a fragilidade dos grupos étnicos, imposto por eles, como também, segundo Carlos Cardoso, os mesmos tiveram o apoio de algumas figuras na época (por exemplo: Honório Pereira Barreto, Caetano Jose Nosoline) que exerceram tarefas importantes neste campo, em concordância com as suas vontades (CARDOSO, 2002, P. 13).

Dentre os colaboradores o mais destacado nesse período foi Honório Pereira Barreto. Sendo o homem mais rico da antiga Guiné portuguesa, naquela altura, foi nomeado governador da Guiné portuguesa, funcionando como intermediário entre os portugueses e os chefes locais.

Nascido na região de Cacheu no dia 24 de abril de 1813 e falecido em Bissau dia 26 de abril de 1859, o governo colonial homenageou-o com o primeiro e único liceu existente no período colonial “Liceu Honório Barreto” fundado em 1957. Entretanto, nos períodos da independência, concretamente nos anos 1975, o liceu foi trocado de nome, homenageando o primeiro presidente do Gana e grande lutador pela emancipação de todo o continente africano Liceu Nacional Kwame N’krumah<sup>5</sup>.

## **2.1. SURGIMENTO DO CRIOULO COMO FATOR DE UNIDADE ÉTNICA**

A língua crioula resulta de contatos políticos e comerciais entre mandingas com os portugueses. Este último, que estava num processo de expansão e desenvolvimento na época em que os mandingas dominavam o comércio na região de Kaabu, atual costa ocidental da África. O crioulo da Guiné-Bissau já no decurso do século XVI se expandiu através do contato dos navegadores portugueses com a população local, dessas diversidades das línguas africanas e o português, trazida pelo colonizador, o crioulo

---

<sup>5</sup>Kwame N’krumah é um líder pan-africanista de Gana que luta pela emancipação do continente africano e a sua descolonização e que defendeu a união de África

<sup>6</sup>São portugueses mestiços que fizeram resistências política e do ponto de vista cultural prepararam o apogeu do crioulo. (BULL, 1989).

ganhou muitos léxicos da língua portuguesa, (AUGEL, 2006; EMBALÒ, 2008; ROUGE, 1986).

Assim sendo, o crioulo desenvolveu-se pelo contato entre os portugueses e os povos do golfo da Guiné, mandinga e fula. Para Benjamim Pinto Bull “o crioulo antigo entre a sua formação, fins dos séculos XV e XVIII, era o crioulo falado nas vilas então existentes, onde vivia os lançados e os grumetes<sup>6</sup>”, enquanto que o autor Jean Louis Rouge explica que através das sociedades grumetes e lançados que desenvolvia o kriol (crioulo) (BULL, 1989, p.78; ROUGE, 1986).

Portanto, esses lançados e grumetes são os portugueses afastados da sociedade colonial portuguesa, do mesmo modo estes estão na ponta da resistência cultural, podemos dizer que são os promovedores da cultura crioula na época porque controlavam e exerciam múltiplas atividades nos centros importantes do comércio. A exemplo da cidade de Cacheu tornou-se o berço da cultura crioula da Guiné portuguesa, sendo a primeira capital instalada pelos portugueses através do comércio estabelecido nos rios Geba e casamance. Essa primeira parte da Guiné portuguesa com o posto administrativo em Cabo Verde.

Vale esclarecer que cada cidade na Guiné portuguesa, veio a desenvolver o seu próprio crioulo. É neste âmbito que nos finais dos séculos XVII e XVIII, devido a mudança de capital para Bolama, surgia o crioulo de Bolama, isto é, após a centralização da administração do território guineense foi transferida para Bolama, (ROUGE, 1986). O crioulo teve seu auge de novo a partir dos anos 1961 no processo da luta armada para independência, a língua guineense conheceu grande expansão durante a luta de libertação, ela conseguiu, no entanto, constituir-se como um elemento de resistência com mais destaques nos movimentos nacionalista que contestam a independência.

Vale lembrar que, o crioulo na época não era expresso amplamente pela população, tendo em conta isso, foram feitas “uma alargada alfabetização, tanto das crianças como dos adultos feita naturalmente em crioulo” (AUGEL, M., 2006, P. 71).

A alfabetização foi feita para que a população que teve acesso a informação pudesse compreender o que o levava a aderir ao movimento contra o poder colonial, nesse caso os adultos no interior do país, portanto, o crioulo é mais falado na zona urbana de capital Bissau, enquanto que nas zonas rurais continua viva a língua étnica predominante.

Vale esclarecer que o auge do crioulo e da cultura dos nativos não incomoda o governo colonial nos primeiros momentos, parece que não tinha a dominação total dos nativos até que lhes foi elaborado decisões denominado “a carta orgânica da província da Guiné em 1917”, segundo Bull (1989, p. 107), pela carta orgânica da província da Guiné portuguesa, os indígenas tornariam cidadãos portugueses com todos os direitos civis e políticos, desde que se encontrem nas seguintes condições:

- “1º ter dado provas de dedicação pelos interesses da nação portuguesa;
- 2. º saber ler e escrever, ou pelo menos falar a língua portuguesa;
- 3. º possuir os meios necessários à sua subsistência, ou pelo menos, serem capazes, pela sua atividade, de os obter;
- 4. º ter bom comportamento atestado pela autoridade administrativa da área em que reside”.

O crioulo vai conhecer no primeiro momento o seu declínio nos anos de 1930, através de vários decretos coloniais publicados sobre formas de privações dos nativos, cujo objetivo principal é a supremacia da cultura ou a língua portuguesa sobre a cultura local dos nativos e do crioulo, que era considerada língua dos atrasados dos não assimilados. Nestes decretos elaborados a partir dos anos 30 estrará em vigor, resta obedecer:

- 1. O ato colonial<sup>7</sup>;
- 2. Acordo missionário (1930) <sup>8</sup>e
- 3. Diploma legislativa n°1346 (1945)<sup>9</sup>

Pode perceber que, o poder colonial no decorrer dos anos conquistou a fraqueza dos nativos e opondo-lhes as opressões. Portanto, aí, a língua crioula começou a ser enfraquecido e é minimizado pelos invasores e também proibiam encontros identitário como festas populares, os famosos “bailes de tina”, foram mesmo proibidos pelo

---

<sup>7</sup>Publicado em 1930, o Ato Colonial é um decreto de caráter administrativo e constitucional, que visa tratar exclusivamente dos problemas dos “indígenas” das colônias cujos usos e costumes individuais.

<sup>8</sup> Em virtude do Acordo Missionário (1940) e do Estatuto Missionário (1941), o ensino primário especialmente destinado aos “indígenas” da Guiné ficou entregue ao pessoal das Missões Católica, com menção da obrigatoriedade do ensino e uso da língua portuguesa. (BULL, 1989).

<sup>9</sup>Foi no dia 17 de Outubro de 1946 que o governador Sarmento Rodrigues assinou o Diploma Legislativo n. º 1346 que devia decidir do futuro dos guineenses analfabeto. Tem por objetivo esclarecer quaisquer incompreensões (...) civilizar as populações indígenas dos domínios ultramarino... deve se registrar com verdadeiro júbilo o reconhecimento de todos os progressos honestos, graduais e seguros verificados nesse campo (...) por cada novo cidadão responsável que se desprenda do indígenato, é mais um esforço civilizador que se consagra e uma ambição, bem justificada, que se preenche. (BULL, 1989).

governo colonial, sempre atento em combater as afirmações identitárias africanas. Entretanto, foi proibida a manifestação cultural e tradicional a *mandjuandade*<sup>10</sup>. Este grupo que incentiva a integração da população guineense na zona urbana de capital de Bissau cantavam e praticavam as atividades culturais da maioria dos grupos étnicos do país. São estes que até hoje estão promovendo a cultura crioula no país.

Enquanto isso, participavam direto no processo da reivindicação cultural e, além disso, o crioulo teve grande importância na luta armada, servindo como formas de se comunicar, não só na área da luta mais também como forma de divulgação da cultura guineense (músicas). Citando José Carlos Schwarz foi um dos primeiros músicos a tomar iniciativa de cantar em crioulo. Havia músicos que faziam animações na mata zonas libertadas enquanto combatentes estão em repouso nisso falamos que essa música era tipicamente tradicional. No ano de 1970, começou aparecendo músicas pouco modernas em relação as que eram tocadas na mata.

Schwarz constitui o conjunto musical “*Cobiana Djazz*”, um grupo constituído pelos guineenses mestiços e assimilados que faziam a música urbana em crioulo na época de muita tensão política e social no decorrer da luta armada pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Estes grupos da música nacional que cantavam em crioulo transmitindo mensagens encorajando combatentes e animá-los. “Foram homens corajosos, que comporão músicas e cantaram publicamente na língua utilizada pelas camadas menos aculturadas, “desprezando o idioma do colonizador e da elite local, era provocação bastante, face às autoridades portuguesas” (AUGEL, 2006, P. 77).

Em outras palavras, pode-se dizer que, o crioulo é a arma que o PAICG utilizou durante a luta de libertação para informar e mobilizar cidadãos para aderirem à luta, como afirma Pinto Bull, “a luta do povo guineense teve dois objetivos: um político e outro linguístico e cultural” (BULL, 1989, p.116). Estes dois objetivos da luta eram para salvaguardar o nacionalismo guineense e de um modo geral, livrar-se do governo colonial, para erguer o crioulo e a cultura acima de todas as identidades.

Diante do exposto, é importante indagar: porque é que o governo do PAIGC não escolheu o crioulo como a língua oficial? Já que desde a independência é a língua mais falada, por quase 90% da população.

---

<sup>10</sup> É um grupo constituído pelas diversas pessoas homens e mulheres dos diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau. Esse termo é da origem crioula, que quer dizer grupo de pessoas da mesma idade, sem distinção étnica e sexo, inserido numa sociedade.

Sobre esta carência, Paulo Freire enfatiza, há falta de materiais didáticos na língua crioula e o governo prefere alfabetizar em português, o que está de acordo com a ideia do Amílcar Cabral, quando diz que, a única coisa melhor que colonizadores deixaram foi a língua português. Esse fato, demonstra a valorização da cultura estrangeira em relação a nacional (FREIRE, 1985).

Importante ressaltar que no período colonial, havia alfabetização no crioulo na zona rural, só no pós-independência que a língua do colonizador passou a ser expressa por pequeno número da população. Portanto, após a independência o crioulo manteve sua fonética, apesar de reconhecer que pessoas de idade ou das antigas cidades cujo detentores de um crioulo mais profundo tem dificuldade em compreender o que jovens atualmente expressam.

Por exemplo, o que a camada da terceira idade expressa tem grande diferença nas palavras usadas pela camada juvenil, ou seja, hoje expressam utilizando palavras da língua portuguesa, o uso das frases do português no crioulo fez disso mais moderado do que o antigo que dá a compreensão em algumas palavras de outra nacionalidade falante da língua portuguesa, do mesmo modo que, só em 2007 que a Assembleia Nacional Popular impõe-se nos programas radiofônicos do país uma cota de 50% entre o crioulo e o português nas emissões das rádios, enquanto que na televisão nacional a língua portuguesa teve mais predominância, (BULL, 1989; EMBALÓ, 2008; TÉ, 2016).

Vale acrescentar que, trata-se de um avanço positivo desde já que o assumimos uma pequena parte como língua do trabalho sabendo que a metade da população expressa muito bem o crioulo. Entretanto, já que foi aprovado pela ANP, vale ainda introduzir nas escolas como cadeira disciplinar. Podemos até afirmar que estamos a reproduzir o pensamento colonial neste caso, sobre a desvalorização da cultura crioula que achavam que era uma língua de não “civilizados”, como pensam hoje na Guiné-Bissau as pessoas que sabem falar o português despertando sentimento de superioridade. Mas não fazem a ideia de que a língua crioula é uma identidade bissauguineense. Sendo assim, usufruindo da língua do colonizador estão a produzir a identidade dos mesmos. A primeira coisa que colonialismo português fez na época era prevalecer a sua língua sobre os colonizados fazendo-a mais importante de tudo como presença do poder, (FREIRE, 1985).

**Quadro 1.** O quadro abaixo mostra a evolução da língua crioula até a sua modernização (aculturação):

<b>CRIOULO ANTIGO</b>	<b>CRIOULO MODERNO</b>	<b>PORTUGUÊS</b>
Bolta	Volta	Volta
Candia	Candeero	Candeeiro
Dispus	Dipus	Depois
Dibirti	Divirte	Diverte
Grisia	Igreja	Igreja
Ispidju	Espelho	Espelho
Padire	Parede	Parede
Pres	Preço	Preço
Skirbi	Iscrive	Escreve
Mandurgada	Mandrugada	Madrugada
Missória	Noticia	Noticia
Tempratura	Temperatura	Temperatura

**Fonte:** elaborado pelo autor

Observando os exemplos em crioulo acima, pode perceber que o crioulo falado hoje na Guiné-Bissau particularmente em Bissau sofreu muita influência do português. Vale, esclarecer, que ainda não é fixada uma forma única da escrita ou palavras em crioulo de Guiné-Bissau, entretanto, foi instituído como instrumento de trabalho e, é falada na assembleia nacional popular para discutir cenários do país, Vale repetir que o crioulo está no meio como protagonista entre os grupos étnicos, cuja função social como a língua da unidade nacional que maioria deles compreendem. Neste âmbito, Comblin afirma que “a língua é o fator da unidade, e mais ainda, de consciência de unidade. Pela língua os homens reconhecem a comunidade pela qual pertencem (...) a comunidade de língua não gera uma comunidade racional. E antes verdade que a comunidade nacional gera a língua nacional”, (COMBLIN apud CANDÉ MONTEIRO, 2013. P. 216).

Ao perceber que eles pertencem o mesmo território, falam a mesma língua, além das línguas étnicas, o crioulo serve como língua de resistência. Essa unidade étnica construída significava deixar de lado os conflitos que existe entre grupos e pensar em libertação que visava eliminar o “inimigo comum”.

Em linhas gerais, esses grupos culturais aderiram aos movimentos reivindicatórios porque não queriam que as suas culturas fossem desprezadas, queriam suas dignidades,

foi justamente isso que conduziu a unidade étnica, ou seja, “está tônica na unidade em diversidade étnica na Guiné-Bissau surgiu a partir dos anos 50 a 60, teve um papel importante e, é visto como um alicerce para a organização e viabilização da luta armada” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, P. 214).

## **2.2. RESISTÊNCIAS ÉTNICAS E OS MOVIMENTOS URBANOS NA CONTESTAÇÃO DA SOBERANIA**

A resistência étnica na antiga Guiné portuguesa teve início com grupos étnicos desde 1911, com a ocupação colonial portuguesa. Estes grupos fizeram uma revolta contra a dominação cultural imposto, some-se a isso a perda de território e a imposição dos impostos de palhota. Vale lembrar que Portugal não tinha interesse de permanência no território da Guiné portuguesa instalou-se em Cacheu, mas a administração era mantida em Cabo Verde.

Porém só após a conferência de Berlim que lhes forçou, efetivamente em 1889, a desmembrar a administração para reafirmar a ocupação dos dois territórios, nesse ensejo, foi a partir da ocupação, que foi desencadeada a “campanha de pacificação” nas diferentes regiões. Porém não foi fácil do lado dos portugueses porque havia resistências étnicas muito intensas que contestavam a superioridade dos portugueses e não queriam perder seus valores culturais. Seguindo a ideologia portuguesa, os autóctones tinham que deixar suas crenças e costumes para seguir o deles. Enquanto isso, houve alguns chefes locais (Régulos) que aliaram aos portugueses para que estes lhes ajudassem a manter seu reinado, como havia citado acima que esse fato começou antes de existir conflitos de território entre as etnias, porém usufruindo de alguns privilégios, isso fazia parte das estratégias utilizada pelos portugueses para a consolidação da ocupação efetiva, além de impulsionar as rivalidades entre os grupos étnicos (CANDE MONTEIRO, 2013; PEREIRA, 2003).

Devo salientar, que fizeram essas alianças para lhes facilitarem na ocupação sem que houvesse resistências da população daquele território, ainda por cima, os chefes deram suporte aos jovens da “tabanca” (vila) para incorporar no exército português na guerra contra outras etnias de uma outra região. As primeiras são as resistências étnicas, bem sabemos que essas resistências étnicas eram dispersas, resultando na queda da maioria delas, não aceitavam a opressão imposta pelos portugueses e a perda de identidade étnica, (DIALLO, 2004).

As resistências que começaram a partir da “campanha de pacificação” entre 1913 a 1936, registraram-se várias formas que os nativos contestaram contra a ocupação tais como, a resistência à dominação nos territórios, recusa de pagar impostos, de trabalhos forçados, e a resistência da aculturação portuguesa e permanência das suas características culturais (CANDE MONTEIRO, 2013).

Nesse ensejo, Portugal fez a divisão do espaço geográfico de acordo com as regiões que compõem a Guiné portuguesa. Essa resistência iniciou-se na região de OIO em 1913 seguindo em outras regiões e veio a terminar na região de Bolama com a derrota dos bijagós da ilha de canhabaque, registrando a completa ocupação no território guineense. Vale enfatizar que os nativos da ilha de Bijagós, mal armado, conseguiram travar muitas tentativas de embarcação portuguesa nos rios de Canhabaque, (MENDY, 1992; TÊ, 2016), lembrando que houve estratégia usada pelos autóctones, não só pelas lanchas flechas como arma de guerra e o domínio do espaço geográfico (a mata) como forma de refúgio (retirada) que os imperialistas não conseguiam ter acesso. Portugal perdeu muitos homens nessa campanha de pacificação e, assim como nativos sofreram também, e, em todas as regiões que foram “pacificadas” sempre houve resistências dos grupos étnicos que lá estão, porém, nas regiões conquistadas colocaram postos administrativos para cobrar impostos.

Após a “pacificação”, a administração colonial ignorou os chefes que lhes apoiavam, não houve integração deles no aparelho administrativo. Com isso, as elites guineenses (mestiços) contestaram a integração porque não houve filhos da Guiné portuguesa na administração, essa contestação foi promovida pelo movimento Liga Guineense fundada em 1910, composto por guineenses mestiços e grumetes de Bolama, cinco anos depois foi dissolvido, em 1915, após tantas acusações e incômodo ao governo colonial. E quando a capital foi transferida de Bolama para Bissau, surgiram a contestação ao domínio colonial e a favor da democracia por formação social guineense e mestiça (CANDE MONTEIRO, 2013; PEREIRA, 2003; SILVA, 2006; SISSOKO, 2014).

Seguindo o modus operandi colonial, a opressão continua até as décadas de 1950 reconhecida como resistências dos movimentos urbanos. “Este período constitui um marco na criação de consciências embrionárias, em particular nas colônias africanas de Portugal a partir da inserção dos estudantes africanos na casa do império, sinalizando uma nova compreensão das dinâmicas do colonialismo no continente africano” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 44).

Mas as resistências dos nativos continuam, visto que Portugal não abria a mão da liberdade para com autóctones das colônias africanas, Portanto, com o fim da segunda Guerra Mundial em 1945, e com a carta da ONU que declarou a autonomia das colônias, os líderes nacionalistas das colônias portuguesa, os Estudantes da Casa do Império se organizaram em frente única revestidos de espírito nacionalista, decididos para a contestação das independências e pôr fim ao regime colonial de repressão. (CORDEIRO et al, p.5; PINTO, 2011).

Segundo Artemisa Odila Candé Monteiro (2013), paralelamente a isso, no continente africano, no caso específico da Guiné, será marco das proliferações dos partidos/movimentos de libertação de cunho nacionalista no território, culminando assim com a criação dos partidos no território da Guiné portuguesa clandestinamente entre eles:

Os movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC), a união de povos da Guiné (UPG), a reunião democrática africana da Guiné (RDAG), a da Guiné união dos naturais portugueses (UNGP), a união da população libertada da Guiné (UPLG), o movimento de libertação da Guiné (MLG), o movimento para a independência da Guiné (MING), o partido africano para independência (PAI), o movimento anti-colonialista (MAC), que é substituída pela frente revolucionária africana para a independência nacional (FRAIN) e a frente de libertação nacional da Guiné (FLING). (CANDE, MONTEIRO, 2013, p. 117).

Cabe ressaltar, que estes movimentos têm a base em Senegal e na Guiné-Conacri (países independentes na época). Do mesmo modo que, são independentes e, são países que fazem fronteira com a Guiné-Bissau, fica mais perto para qualquer apoio as estratégias de luta.

As resistências étnicas inauguraram a primeira fase das resistências colonial e deu azo para que surgissem os movimentos que pretendiam tornar autônoma a governação política da futura Guiné-Bissau pelos seus próprios filhos, culminando com a criação de uma frente única da luta de libertação.

Dentre os partidos/movimentos criados na época, o PAIGC veio a se destacar com a proposta de unidade entre os povos, tanto no território bissau-guineense, quanto numa proposta mais ousada de binacionalidade (unidade entre os povos da Guiné e Cabo verde), (TOMÁS, 2008).

Nesta senda, o projeto político do partido era de “nacionalizar” essas comunidades étnicas identificando-as num destino comum, com a mobilização da massa rural e movimentos urbano promovendo a unidade, fazendo com que o inimigo se torne

comum, numa ótica de união cultural e étnica, de formar uma única frente de luta armada para a soberania total.

Os manuscritos dos autores António Tomás e António E. Duarte Silva evidenciam como foram os bastidores da criação dos movimentos nacionalistas guineenses e cabo verdianos entre 1959 e 1960, como parte do projeto ideológico de Amílcar para formar uma organização suprapartidária (SILVA, 2006, P.17; TOMÁS, 2008, P.131). Foi nessa reunião que se definia como uma estrutura política aberta a todas as organizações sindicais que estão interessadas na independência da Guiné e Cabo verde, para reafirmar a política de unidade Guiné Cabo Verde.

Entretanto, a ideia de independência baseada na unidade entre os povos surgiu na capital Bissau, zona urbana, mas a base de reunião era instalada no país vizinho (Conacri), devido a repressão colonial. Porém estas elites crioula guineense que notaram que era necessário a independência política, fizeram suas primeiras articulações políticas na base da clandestinidade, porque existia polícia internacional de defesa nacional portuguesa (PIDE) que não os permitia, não tinha como formar uma base ou sede do movimento em capital Bissau (SILVA, 2006).

A PIDE fazia vigias e perseguiram os nacionalistas e tinham interesse em defesa nacional portuguesa. E como estratégia política os movimentos instalavam-se e reuniam em Países vizinhos, (SILVA, 2006).

Por sua vez, os movimentos urbanos tinham olhares na destruição do governo colonial português, e construir um estado guineense e cabo verdiano, e que respeita a cultura e a identidade dos povos como uma nação autônoma, com caráter partidário, essas organizações objetivaram a liquidação do sistema colonial.

Em virtude disso, o PAIGC foi o partido/movimento a destacar neste processo feito durante a contestação da soberania nacional, lembrando que foi reconhecido no âmbito da atuação na luta armada pelas organizações como a OUA e alguns países de norte da África como Argélia, que comprometeu treinar os primeiros guerrilheiros do movimento. Alguns países se destacaram em dar suporte o desenvolvimento da luta, a exemplo de “Marrocos permitiu a instalação de várias organizações das colônias portuguesas no seu território. Além da antiga união soviética (URSS) e Cuba, que reuniam condições e apoiaram com materiais para que a luta surtisse efeito, tinha como suporte a mobilização da população” (TOMÁS, 2008, P. 149).

A década de 60 é um marco histórico pelas colônias de Portugal. Na Guiné-portuguesa, foi nessa época que a luta armada deu início em 23 de janeiro de 1963, o

momento em que o PAIGC lança a sua guerrilha contra os imperialistas portugueses após tantas crueldades contra o povo, como no caso da resistência dos grevistas do porto *pindjiguiti* de Bissau, considerado o mais violento e sangrento, massacre em 3 de agosto de 1959, conhecida como “Massacre de *Pindjiguiti*”. O Massacre de *Pindjiguiti* forjou o início da ofensiva militar, quatro (4) anos depois se iniciou a guerra de libertação, exatamente no dia 23 de janeiro de 1963. Desencadeou-se um ataque ao quartel de Tite, sul do país, que veio a terminar em 24 de setembro de 1973 a independência declarada unilateralmente em Boe, zona leste do país e, posteriormente reconhecido no dia 2 de novembro pela ONU.

Portanto, o que levou alguns dos movimentos a não se destacarem no processo da luta armada, como movimento de libertação no caso da MLG (movimento de libertação da Guiné) que recusa a incorporar no PAIGC, tem a ver com a divergência das ideias e, em outro sentido, não estiveram no campo para a mobilização da população e da massa camponesa nem residia em Bissau, contudo, teve a mesma ideia em comum, isto é, da liquidação do sistema colonial português neste caso (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Por outro lado, o PAIGC fez a mobilização não só das pessoas residentes na cidade, mas incorporaram às pessoas da zona rural e os grupos étnicos, isso foi um pontapé de saída e serviu como alicerce para uma luta armada consolidada para a independência, enquanto que outros movimentos não fizeram a atividade do mesmo caráter, e isso foi o fracasso ao desaparecimento de alguns no cenário da contestação da independência política atual na Guiné-Bissau.

Em linhas gerais, a queda desses movimentos, também se deve a fraca participação nas mobilizações populares. Além disso, não estavam na linha do pensamento que o PAIGC defendia, a unificação dos dois países.

Amílcar Cabral era membro da união africana, defendia a sua ideologia de união entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, na linha de pensamento da matriz pan-africanista. Segundo Cabral (1945), a luta pela unidade da Guiné e Cabo verde é a própria natureza histórica desses dois países que impulsionou o movimento pela libertação.

Inicialmente, a ideia de fazer uma luta entre dois países foi contestada radicalmente pelo FLING e MLG que alega que, a Guiné-Bissau não estava pronto para a independência. Acredita-se que esses movimentos estavam a prevenir da segunda colonização cabo verdiana, como aconteceu pós-independência na Guiné-Bissau, onde um guineense não se podia exercer função no estado de Cabo verde, e o cabo verdiano estava no mais alto cargo da Guiné-Bissau.

### 3. A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E A DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL

A convivência da população guineense pós-independência caracteriza-se além da diversidade étnica e cultural, marcada pela integração desse povo com a população cabo-verdiana.

O período da luta armada, foi um dos momentos que contribuiu na formação da boa convivência entre a população, através da “união nacional”, pode-se dizer que a guerra, além de servir como forma de alcançar a independência, também, permitiu unidade nacional, sem distinção cultural ou étnica entre os bissau-guineenses.

Ao longo deste tempo, o desenvolvimento do país baseava-se em beneficiar a população, independentemente, da sua pertença religiosa ou étnica, na construção do estado pós-independência. Percebe-se que, a convivência cotidiana da população é marcada pelas práticas culturais na continuidade da prática dos eventos dos grupos de *mandjuandade* que busca desenvolver a partir de troca cultural através da diversidade das pessoas que constituem este grupo, expressar a solidariedade entre seus membros, incentivando relações amigáveis entre si, além de promover divertimento na cidade com palmas e danças, assim como afirma o Christoph Kohl (2011):

Até o meio do século XX, associações de *mandjuandadis* eram exclusivas de comunidades crioulas. Elas começaram a se espalhar pelo país na época da independência um processo encorajado quer pelo partido único PAIGC quer pelo Estado independente. A independência significou não apenas um novo começo para o *mandjuandadis*, mas também são gradual transformação em organizações que supostamente deveriam apoiar as políticas do Estado pós-colonial e mobilizar as mulheres, (KOHL, 2011. P. 49).

Como havia dito anteriormente, essa associação ou movimento cultural, era praticado nas zonas urbanas de Bissau e expandiu rapidamente durante a guerra da independência e pós-independência, quantificando número de pessoas e tendo aceitação em outras organizações, como por exemplo, a associação das mulheres a UDEMU (União Democrática das Mulheres da Guiné). Lembrando que, a *mandjuandade* que se encontra em capital Bissau era multiétnica. O que quer dizer que há pessoas das outras etnias e religiões, cristãos e muçulmanos.

Essa convivência das populações de diferentes culturas no período da luta armada para independência demonstrou um símbolo da emancipação não só no contexto político, mas também a preservação da cultura identitária.

A identidade é entendida como uma coisa intrínseca ao indivíduo, segundo Pinto (2009) e Martinazzo (2010), ela é uma característica que diferencia um indivíduo de outro ou um grupo social de outros, ou ainda, uma “cultura” da outra “cultura”. Sendo assim, pode-se afirmar que, a identidade é formada entre as relações ou ações que se efetivam entre os indivíduos de um determinado grupo ou entre grupos de uma mesma sociedade, não é inato, mas sim é construída pela convivência das pessoas.

A formação da identidade nacional vem através do reconhecimento de pertencimento a uma sociedade de uma determinada cultura ou nação. “Bem como conjunto de traços próprios de um sujeito ou de uma comunidade que constituem grupos de indivíduos, além disso, pode ser construída por qualquer pessoa sobre si mesmo e, também, é negociável, são as decisões que o próprio indivíduo toma” (BAUMAN, 2005, P. 17).

Na Guiné-Bissau, a formação da identidade nacional é datada a partir da manifestação progressiva de uma consciência de pertencimento e da soberania nacional que o autor Ibrahima Diallo considera como primeiro passo da caminhada para o nacionalismo de um povo plural, de qualquer modo tinha sido a contribuição dos movimentos nacionais para a independência, (DIALLO, 2004).

Neste sentido, a identidade nacional trata-se de características que tem uma relação com o político, em que a sociedade (comunidade) ou o movimento constrói uma identidade pertencente a um território, isso tinha acontecido em África em geral, como na Guiné-Bissau em particular.

Podemos entender a identidade como um centro social e da prática política, e ainda por cima, pode ser percebido como processo mais eficaz no qual o poder se manifesta no campo da escolha da identidade, ela pode ser reconhecida, através da forma que permite classificar os indivíduos pelas suas naturezas.

Portanto, a identidade nacional, vem através do reconhecimento de pertencimento a uma sociedade de uma determinada cultura ou nação. Bem como conjunto de traços próprios de um sujeito ou de uma comunidade que constituem grupos de indivíduos, além disso, pode ser construída por qualquer pessoa sobre si mesmo.

No resultado da reunião do movimento político com o cultural que busca, segundo Stuart Hall, “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (...), (HALL, 2011, P. 59, 60).

Desta forma, a identidade nacional construída na Guiné-Bissau proporcionou a unificação de diferentes culturas que constituem o país, uma vez que o crioulo é base disso que conseguiu unir num só povo e de diferentes culturas. A forma do reconhecimento começou com grupos étnicos na primeira fase da ocupação colonial á Guiné portuguesa.

Entretanto, para falar da formação da identidade nacional, vamos debruçar um pouco sobre a formação da identidade cultural na época, e depois seguindo com a formação da identidade pós-colonial, posteriormente, dos movimentos urbanos que assumiram e reafirmaram a identidade nacional perante a ocupação colonial portuguesa, a partir dos atributos culturais.

Antes da ocupação colonial portuguesa, já havia sociedades rurais com identidades culturais e étnicas nas regiões que compõem atual território da Guiné-Bissau, entretanto, não se preocupavam com formação de uma identidade nacional. Podemos dizer que, a formação da identidade nacional surgiu-se a partir da ocupação dos colonialistas e das opressões, sobretudo, trabalho forçado, pagamento de impostos que os colonialistas lhes obrigavam. Esses fatos levaram a população uma visão de se tornar livre e uma independência nacional, com a incorporação de todos os grupos étnicos.

Percebe-se que, o nacionalismo encarado pelos movimentos motivava o compromisso perante a população guineense de fortalecer a construção nacional que envolvia uma serie de resgates identitário. Ainda por cima, quando se fala da identidade nacional deve ter em mente o quanto às culturas nacionais contribuem para trabalhar as diferenças numa única identidade.

A diversidade cultural é algo bom e desejável chamada multiculturalismo (Conrad Phillip Kottak, 2013). Ainda afirma que, a visão multicultural estimula o exercício (práticas) das tradições étnico-cultural dos grupos étnicos, chamando “etnia”, é uma forma de diferenciá-los, são características culturais que eles partilham na qual língua, religião, costumes, tradições, sentimentos de lugar que são partilhadas por um povo.

De fato, na Guiné-Bissau a língua predominante é o crioulo, segundo Johannes Augel, (1997) nas suas análises na realidade linguística guineense, teve um crescimento significativo do uso dessa língua, ele é um elemento aglutinador na formação da identidade nacional, teve um papel muito importante desde o período colonial devido ao seu fortalecimento de laços de resistências. Para legitimar a formação da identidade nacional na Guiné-Bissau o crioulo é uma pedra fundamental dessa construção. Como

veículo da unidade desde a luta de libertação o crioulo serviu como intermediário entre etnias até data presente, sendo o suporte de uma identidade comum.

Além disso, a identidade nacional e a cultura tiveram uma relação que ilustra que a nação é o contexto sócio histórico, na qual a cultura faz parte, e também demonstra que a identidade através do seu reconhecimento que fez com que surge a consciência nacional, onde partilham o mesmo senso de sentimentos entre os membros que compõem o grupo. (LETÍCIA VALANDRO, 2010)

O crioulo constitui um veículo importante na formação da identidade nacional, portanto, isso foi a vantagem que a população guineense teve em relação à construção da identidade, porque existe diferentes línguas étnicas, ou seja, se não fosse o crioulo até poderia dificultar a integração porque já que existe multiplicidades de culturas que impedisse a comunicação entre os indivíduos de uma comunidade, identidade nacional provem de valores culturais de lembranças de passados para construir um estado.

A tomada de decisões de fazer uma luta da independência política desejada e motivadora para a construção da nação guineense, foram retomados, a fim de que se pense o presente e se projeta o futuro da Guiné-Bissau, (VALANDRO, 2010). Acabaram com o jugo colonial e fizeram nascer uma nova identidade e uma nova nação que faz parte de um plano realizado, sem esquecer que a cultura é um alicerce em toda nação na qual se cria conceitos ideias, ações com quais seus cidadãos identificam-se.

Vale reforçar que a formação da identidade nacional na Guiné-Bissau está subordinada da memória coletiva e cultural da sociedade, porém, tudo o que veio a ser cultivado no período pós-independência é o que foi construído por uma lembrança da memória dos sentidos criados pela cultura. A memória está nessa relevância para a construção de uma identidade comum, explica pela Leticia Valandro:

No caso da Guiné-Bissau, cuja história aparece marcada pela luta contra a dominação colonial lusa, essa memória de união étnica e luta faz se ainda mais importante e imprescindível para a construção do futuro. Uma sociedade sem memória torna-se, não só sem passado, mas também sem futuro, mais facilmente manipulável e possível de perder sua conexão identitária, solida (...) (VALANDRO 2010, P.22).

Do mesmo modo, que podemos explicar que a formação da identidade nacional guineense começou a ser afirmada pós-independência, nos períodos dos anos 1980 pois, havia golpe do movimento reajustador, que levou a separação de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, a partir daí, surgiu a palavra *guinendade*.<sup>11</sup> Deixar claro que não é do

---

<sup>11</sup> Como forma de identificação da população guineense, e para afirmar o seu pertencimento a Guiné-Bissau.

meu interesse abordar o assunto da divisão da Guiné e Cabo Verde, mas é só para debruçar a forma que originou a formação do termo *guinendade* utilizado só pelo povo guineense, pois deixou de ser um país e um povo que dantes eram chamados povo da “Guiné e Cabo Verde”.

A cultura guineense sofreu um pouco da influência europeia, em específico português na pós-independência, mas nunca foi abandonado pela população as práticas endógenas, sempre as culturas e etnias, são alicerces da identidade nacional ainda por cima, o mais importante símbolo nacional que tiveram é a língua crioula e os grupos de *Mandjuandade* já citado a cima, estes grupos que deu seu auge pós-independência como forma de manter a identidade nacional cultural e étnica do país.

### **3.1. A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BISSAU-GUINEENSE PÓS-INDEPENDÊNCIA: REFLEXÃO E DESAFIOS**

O período pós-independência compreende os anos entre 1973 a 1980, período em que os portugueses reconhecem a independência, um ano depois da proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau em 1973.

A formação do governo após a independência baseou-se, praticamente, nos líderes do PAIGC, sem a participação de outras classes, principalmente os mais velhos considerados veteranos da resistência, como eram chamados na época, visto que esses, além de terem experiências e maturidade, tinham sentido profundo no processo da luta e poderiam ser chamados como conselheiros e orientadores, o que não foi observado na primeira formação do governo.

Na formação do governo pós-independência, foi possível perceber que houve uma falha na formação do governo sem a participação desses, pois, podiam ocupar cargos de conselheiros com assento no parlamento. Pois, têm um papel importante no que diz respeito a algumas mediações que foram realizados no parlamento.

De acordo com o estudo realizado por Rocha e Zavale (2015), é possível perceber que a ausência dos régulos/autoridades tradicionais na formação do governo é um problema em vários países africanos após independência. Ainda segundo os autores, alguns governos africanos pós-independência não reconheceram o papel das autoridades tradicionais/régulos, entendendo que esses haviam colaborados com administração colonial, entretanto, não podiam fazer parte da administração anticolonial.

Na Guiné-Bissau é possível compreender que havia um plano de governação diferente do que foi executado pós-independência, mas devido a situação política da época, que culminou com a morte do Cabral, não foi possível realizar ou executar esse plano. Todavia, o primeiro governo foi formado pelos líderes do mesmo partido do Cabral.

Nesse caso, pode-se afirmar que a formação do governo pós-independência na Guiné-Bissau se baseou no modelo do estado-nação ocidental, sem levar em consideração a nossa realidade, a inclusão das autoridades tradicionais, assim fazendo desvaler a importância que essas tinham durante o processo da luta armada. Esses fatos podem ser motivos pelos quais houve muitos problemas após a formação do primeiro governo.

O estado pós-independência é um período liderado pelo partido único PAIGC que liderou o processo da independência, foram estes dirigentes do partido que não tiveram preparo administrativo para assumir o aparelho do estado, apenas tiveram formação política e militar, implicará de forma acentuada no início dessa formação, um estado construído com grandes dificuldades, porque foi formado pós-guerra e que não foram postos planos elaborados antes.

O PAIGC como partido libertador formou o estado, de forma ambiciosa, em que o poder ou então os ministérios chaves do país concentravam nas mãos dos dirigentes do partido, isso que Carlos Cardoso (2002) cita num dos seus trabalhos de “centralização do poder”. Acresce que, tudo foi ao contrário do que Cabral tinha pensado, depois de o PAIGC conceder a independência deveria haver a descentralizações dos ministérios, não deveria concentrar-se tudo em Bissau um palácio presidencial, isso é um sinal claro de formação de uma elite que poderá tornar-se um grupo privilegiado, naturalmente, como a formação do estado pós-independência. O país estava vinculado ao sistema marxista leninista de partido único em que a estruturação deste estado devia ser implantada uma sociedade mais justa e igualitária o que seria difícil para Guiné-Bissau.

Desde que o próprio estado não assumiu seus valores culturais dentro da estrutura administrativa, fez com que isso se refletisse até os dias atuais da sociedade guineense. Esse afastamento de valores culturais do mesmo modo reduziu a frequência dos governantes nas regiões rurais, verificado desde o início da formação do estado pós independência, através da concentração de todos os órgãos superiores legítimos em capital Bissau. As pessoas que vivem nos interiores passaram a não saber lidar com o

estado, porque não foram solicitados ou então explicados sobre o que é estado ou um governo.

Ainda por cima, nos anos de 1980 já havia pessoas regressando dos estudos no estrangeiro que poderiam dar o apoio a essa formação do estado, mas foram criadas barreiras.

Foi tenebroso o processo da estruturação do governo pós-independência, o estado da Guiné-Bissau nasceu sem alicerce o que quer dizer que não havia um número de quadros técnicos e superiores que podiam dar contribuição na garantia do funcionamento do estado na época, os maiores desafios é a forma de lidar com o aparelho administrativo, politicamente e economicamente.

Vale enfatizar que o Estado foi formado no momento em que havia falência dos Estados comunistas socialistas em que eles foram seguidores já não havia mais apoio por parte destes (SEMEDO, 2010), isso fez com que o Estado guineense participasse dos países que recebiam apoio do (FMI e BM) nas dívidas para construir uma nova economia financeira”. Até hoje o estado atual teve este tipo de formato em que depende da maior parte de exportação, principalmente dos países vizinhos. Vale salientar que até a data presente o estado guineense não tem uma economia que pode sustentar as suas despesas públicas, por exemplo, da moeda CFA das ex-colônias francesa consumida no país pelo fato de fazer parte da UEMOA. Isso parece uma colonização econômica. Desse modo, o país precisa voltar a consumir a sua própria moeda.

### **3.1.2. A ABERTURA MULTIPARTIDÁRIA NA GUINÉ-BISSAU: REFLEXÃO E DESAFIOS**

A democracia é uma palavra cujas origens remontam a Grécia antiga, é um sistema de governo especificamente da cidade de Atenas no século IV a.c., (SILVA e OLIVEIRA, 2012). Como foi dito a cima a palavra é de origem grega que significa (Demo = Povo; Kratos = Poder Político). Quer dizer que o poder está nas mãos do povo e sua regra fundamental está na escolha da maioria, considerada decisão coletiva (BOBBIO, 2011; BOBBIO, 1986; HOFFE, 2005).

A democracia tem por principal fundamento a igualdade de todos perante a lei, ou seja, a igualdade de todos perante o poder. Assim tornou-se uma forma de decisões do povo para a escolha do seu representante. Historicamente, a democracia foi restituída

em meados do século XIX, reconhecido pelo significativo número de alguns países, no caso de continente africano em geral, e só veio a surgir no século XX, após a desocupação colonial. No caso da Guiné-Bissau após a independência em 1973 declarada unilateralmente e reconhecido pelo Portugal um ano depois em (10 de setembro) pondo fim ao regime colonial, o PAIGC assume o poder entre dois países liderado por Luís Cabral a partir do ano de 1973 até nos finais da década de 1980, sob a forma de governação do estado comunista e veio a sofrer golpe do Estado<sup>12</sup> encabeçado pelo então comandante João Bernardo Nino Vieira combatente do mesmo partido.

Importante enfatizar que, esse golpe é o marco do término da união política dos dois países, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Assumiu o poder Nino Vieira como presidente da República da Guiné-Bissau, e também do PAIGC. Vieira, era considerado de preferência como um dos combatentes do processo de luta para governar o país, na época o estado estava no sistema de governação de modelo socialismo real de monopartidarismo (partido único), onde as decisões políticas eram tomadas pelo partido sem a participação do poder da população.

A década de 90 foi o marco de abertura de multipartidarismo cuja o debate se desenhou em 1993, esta discussão teve na origem de surgimento de novos partidos em oposição ao regime duradouro do partido único. Nos finais dos anos 1989 com o desabamento do sistema socialista, a Guiné-Bissau, começou a ser assombrado pela questão da democracia segundo Carlos Cardoso:

Seguindo-se lhe uma perda de credibilidade dos países que o representavam, criaram-se as condições propícias para que os países ocidentais pudessem propagar a ideologia liberal como não só a única digna de crédito, como também o único modelo a seguir. A nível interno de África tinha-se igualmente chegado à conclusão que o sistema de partido único bem como a ausência da democracia tinham sido uma das causas principais do desastre económico verificado ao longo de três décadas de independência. (CARDOSO, 1995. P. 259).

O estado guineense na época estava muito frágil e despreparado perante o novo modelo a ser seguido sem propostas de um debate qualificado que repensasse a

---

<sup>12</sup> Este golpe que é legitimado por várias situações, a falta de harmonização na nova constituição das duas Republicas, que levou aos guineenses sentindo se a ser tratados desiguais “fato que em Cabo-verde ser necessária a cidadania cabo-verdiana para assumir um cargo público particularmente, o de primeiro-ministro e o de presidência da República; por sua vez, na Guiné-Bissau, enquanto a constituição cabo verdiana baniu a pena de morte, a da Guiné-Bissau manteve-a”, (LÊ MENDY, 1993, P.31). Muito embora não é centro do nosso trabalho trouxemo-lo só para situar o leitor do motivo que obrigou a expulsão do Luís Cabral na presidência da República.

realidade social do país. Essa democracia antes de ser adotada, a elite política na época precisava saber o que é a democracia? a quem interessava a democracia? Como a população e própria classe política, precisavam no mínimo possuir artefatos básicos para a compreensão da sua finalidade política.

Sem esse debate profundo o país foi forjado em 3 de julho de 1994 a realização da primeira eleição livre para presidente da república e deputados da Assembleia Nacional Popular (ANP). Nessa eleição participou novos partidos políticos, sintonizados no interesse comum de ir ao encontro com as necessidades do povo e de promover o desenvolvimento, o bem-estar social e erradicar a pobreza. Esta eleição teve como vencedor o PAIGC (partido que conduziu o processo da independência), e que estava no poder desde a proclamação da República até os adventos da democracia, em 1993.

**Quadro 2.** Demonstrativo de candidatos, partidos, e acentos parlamentares:

<b>Candidatos</b>	<b>Partidos</b>	<b>Nº Deputados da ANP</b>
João Bernardo Vieira	PAIGC	62
Carlos Domingos Gomes	PCD	—
Francois Kankoila Mendy	FLING	—
Vitor Saúde Maria	PUSD	—
Antonieta Rosa Gomes	FCG (Social Democrata)	1
KoumbaYalá	PRS	12
Boubacar Djaló	UM (Coligação de 6 Partidos)	6
Domingos Fernandes Gomes	RGB-MB	19
<b>Total de Deputados</b>		<b>100</b>

**Fonte: organizado pelo autor; Fonte: [www.cart1525.com/gouveia](http://www.cart1525.com/gouveia)**

Na sua tese de doutorado sobre o processo de luta de libertação nacional e construção do estado nacional na Guiné-Bissau, Artemisa Odila Candé Monteiro afirma que.

Com a abertura multipartidária, havia surgido partidos, alguns desses saíram do PAIGC devido ao não entendimento da parte dos membros, a autora ainda mostra que, é bom legitimar que havia partidos que foram criados desde a época da libertação por exemplo FLING que ressurgiu de novo no cenário político guineense na disputa para governar o país.” (CANDE MONTEIRO, 2013, P. 245).

Pode se dizer que a partir das eleições de 1994 na Guiné-Bissau permearam as narrativas discursivas com base na separação étnica, a partir dos discursos de alguns líderes partidárias. Para Carlos Cardoso, “historicamente o tribalismo apareceu num

contexto em que, conquistadas as independências e movidos pelas suas ambições, os políticos quiseram tornar-se “gente do povo”, propagandeando o slogan “eu sou da mesma etnia que vocês” (CARDOSO, 1996, p. 166). A falta de conhecimento do que é a democracia ou falta da escolarização de uma parte da parcela da população, e a carência do debate qualificado sobre o modelo da democracia a seguir, conduziu o que foi verificado nas regiões do país, votos étnicos, assim como na cidade de Bissau.

Ainda, de acordo com Cardoso (1996), a primeira volta (turno) das eleições presidenciais de 1994, permitiu esclarecimento melhor sobre os votos étnicos, enquanto que o Sangreman et al (2006) citou os dois primeiros mais votado nessa eleição o Nino Vieira e KoumbaYalá mostrando que foram mais votados nas regiões onde predominam as suas etnias. Para esclarecer a ideia de votos étnicos nas primeiras eleições presidências africanas autor Ricardino Teixeira (2008) mostra que, em alguns países africanos em suas primeiras eleições presidências houve influências dos fatores regionais, o que permitiu vitória de vários presidentes (CARDOSO, 1996; SANGREMAN et al, 2006; TEIXAIRA, 2008).

Podemos observar na tabela seguinte às porcentagens de votos em regiões da Guiné-Bissau.

**Quadro 3.** Demonstrativo dos votos por regiões, (CARDOSO, 1996; SANGREMAN et al 2006):

<b>Região de Oio</b>	<b>Região de Quinara</b>	<b>Região de Cacheu</b>	<b>Região de Tombali</b>	<b>Região de Biombo</b>
<b>Koumba Yalá</b>	<b>Koumba Yalá</b>	<b>Koumba Yalá</b>	<b>Koumba Yalá</b>	<b>Nino Vieira</b>
Setor de Bissorã 77% Balantas/71,06 votos	Setor de Fulacunda e Tite 61% Balantas/44,74% votos	Setor de Bigene e Bula 58% Balantas/51,39% votos	Setor de Catio 65% Balantas/4 0, 93% votos	Setor de Quinhamel 87% Papeis/79,07% votos
		<b>François Mendy</b>		
Setor de Mansaba e Nhacra 74% Balantas/44,35% votos		Setor de Canchungo e Caio 93% Manjacos/28,19% votos		

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Este quadro demonstra as percentagens da população residente nas regiões citadas onde podemos legitimar os votos étnicos para os candidatos, devido as suas apresentações nas campanhas eleitorais. Entre essas regiões e setores que lhe compõe há mistura das outras etnias e houve também predominância da outra, segundo Cardoso (1996, P. 165):

Mas, por outro lado, nem por isso podemos absolutizar o nosso ponto de vista porque em Tite e Fulacunda, um dos círculos onde KoumbaYalá foi massivamente votado, também existem outras etnias como os Biafadas (30%), os Fulas (16%) e Papeis (5%), Nalus e Sossos. Boubacar Djaló é Fula mas não conseguiu cativar mais do que 3, 97% dos votos em Gabu, enquanto que Nino, conhecido como um papel, realiza um escore de 55, 9%. Domingos Fernandes, um Mancanha, consegue um dos seus maiores votos nesta região onde predominam os Fulas. Os candidatos Domingos Fernandes e Victor Saúde Maria, ambos pertencentes à etnia Mancanha, sofreram uma derrota retumbante em Bolama\Ilha dos Bijagós, onde existe um certo peso dos Mancanhas, principalmente em Bolama (22%). Em Bula e arredores, o eleitorado preferiu votar no Koumba, um balanta. François Mendy foi eleito como deputado no “chão dos Manjacos”, mas como candidato presidencial não obteve a maioria dos votos dos manjacos, que preferiram votar no candidato Nino (28, 19% contra 40, 15% em Caió\Canchungo e 14, 70% contra 40, 54% em Cacheu), (CARDOSO, 1996, P. 165).

Vale resaltar que, nesse caso que há pessoas da outra etnia que foram deputados do círculo onde predominam a suas etnias, pode influenciá-los a votar no seu partido em que o líder é da outra etnia diferente. Contudo há exceções, “o Nino Vieira é da etnia papel, mas conseguiu cativar votos na zona Leste por conta de alguns muçulmanos que são do PAIGC e alguns desses, nessa área, eram combatentes do partido como alguns balantas do Sul. Segundo Sangreman, et al (2006, P. 7) “(...), entretanto, o raciocínio da motivação étnica do voto está sempre presente. Apenas o PAIGC surge como a formação que se dirige todas as etnias (...)” (SANGREMAN et al, 2006, P. 7). E o Nino Vieira é candidato deste partido quer dizer, por isso ganhou votos nessa região, mas havia mais votos na zona predominante da etnia papel, saiu como vencedor o PAIGC na segunda volta (turno) das eleições tendo como presidente João Bernardo Nino Vieira e chefe do governo Manuel Saturnino Costa.

Entretanto Nino Vieira, não cumpriu o seu mandato devido à guerra civil que afetou o país em 1998, sendo obrigado a pedir o exílio para Portugal. O país estava sob governo de transição de 1999 a 2000, tomou posse interinamente o presidente da Assembleia Nacional Popular na época Malam Bacai Sanha, e tendo como o primeiro-ministro Francisco Jose Fadul. Perante a instabilidade política, a forma de saída da crise era a eleição, mas, a eleição é simplesmente um mero instrumento de praticar a democracia, a própria crise tem a ver com a incapacidade do estado e das lideranças

políticas que o compõem em consolidar um processo democrático firme e um estado forte politicamente e economicamente, uma nação consolidada, assente na separação nítida dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e respeito incondicional as regras da soberania e do estado de direito democrático.

Infelizmente, a experiência democrática na Guiné-Bissau é ainda muito frágil devido a ambição dos líderes partidários. E em 1999 foram feitas as eleições vencidas pelo PRS e o seu líder Koumba Yalá, que tomou posse em fevereiro de 2000.

Nessa eleição ocorreu, novamente, o discurso de sentimento de pertença étnica para dividir a população. Vale reiterar, que as divergências políticas e partidárias que acontece só entre os políticos, isto, não deve prejudicar a convivência da população. Constata-se que estas questões foram reforçadas nas eleições gerais de 1999, contrariando toda a ideologia do líder revolucionário Amílcar Cabral, levado a cabo durante o processo de libertação nacional que apregoava a união entre os grupos étnicos traçando balizas para a construção da unidade nacional.

Portanto, após estas eleições que conduziu o líder do PRS no poder, tudo parecia caminhando bem, o povo com a esperança da melhor governação possível dos que já foram, mas não houve entendimento no seio dos governantes e acabou por trocar quatro primeiros ministros durante o mandato. Some-se a isso, o aumentando de dívidas externas, dos financiamentos recebidos e também havia dívidas dos funcionários públicos. Não bastou este imbróglio, foi deposto o presidente em exercício o Yalá em 2003 de novo o regresso temporário do poder para as mãos dos militares.

Nas pesquisas feitas de teses e artigos, há autores que levantaram hipóteses de que os militares são fatores principais da instabilidade da Guiné-Bissau por conta dos sucessivos golpes de estado conduzidos por estes, ou seja, todos os golpes tinham sido protagonizados pelos militares. Vale salientar que, as sucessivas instabilidades no país, sempre teve mãos oculta dos políticos que associavam aos militares. A única exceção é da atual crise política de finais de 2014 e que já durou dois anos que paralisou o país, que pode ser ainda considerado sem a intervenção dos militares.

A situação política que se vive hoje na Guiné-Bissau, resultante de várias crises e golpes de estado, tem a ver com carência de políticos qualificados e ou dirigentes compromissados com questões nacionais. E não só, como também a falta de interesse da população com as questões políticas e do estado, isto é, da exigência do valor dos votos e das promessas proferidas durante as campanhas que visam a construção de uma política pública, promovendo o bem-estar social.

É importante que o estado crie condições para com a população, em particular, os funcionários públicos, tanto militares quanto professores, para que não haja mais golpes e instabilidades políticas na Guiné-Bissau e que todos os governos e presidentes, trabalhassem até o fim do mandato e se abnegassem dos discursos separatistas que possam levar graves situações na sociedade guineense.

Nesse ensejo, que fizessem valer, a unidade que tanto foi propagado nos períodos coloniais entre grupos étnicos da Guiné-Bissau, isto é, num sentido de princípio de organização e união de qualquer que seja diferença que há num espaço, como ensinava Cabral.

Em linhas gerais, o multipartidarismo trouxe com ele, as novas narrativas políticas que algumas lideranças políticas incorporaram durante o processo político eleitoral e tentaram implementá-lo a todo o custo na sociedade guineense, substituindo as narrativas discursivas fundacionais que nos une enquanto povo. Amílcar Cabral, não considerava os grupos étnicos ou as diversidades étnicas como um problema, mas acreditava sempre que estas diversidades poderiam se tornar em problemas posteriormente. Foi neste âmbito, que seu projeto de unidade nacional gravitava em torno da união, dos distintos grupos étnicos, tais como: balantas, papéis, mandingas, entre outros, com forma de superar o “tribalismo” e propondo a unidade entre povos. Ou seja, a unidade na diversidade étnica sem, contudo, anular as diferenças das especificidades que compõem cada grupo étnico.

Nessa nova conjuntura, contrariando o projeto político de Nação de Cabral, as lideranças políticas guineenses colocaram laços étnicos em jogo democrático de poder, não obstante nesse processo de mobilização de ganhar eleitores com bases étnicas utilizaram símbolos étnicos apropriados de uma determinada etnia para permitir melhor o reconhecimento por parte dos eleitores, na qual os candidatos a eleição presidencial Malam Bacai do PAIGC e Koumba Yalá do PRS foram protagonistas. Em traços gerais, a questão de votos étnicos existe sim, foi verificado nas eleições de 1994 e de 1999, na sociedade guineense, mas com acentuada miscigenação no que se refere a pertença a uma etnia, porém, não estamos a referir dos brancos europeus, mas sim, uma miscigenação étnica e cultural entre os bissau-guineenses que impediu para que houvesse um conflito étnico de maior intensidade, e também a maioria dos eleitores não assimilaram esta rivalidade fabricada pelos líderes políticos, isso fez com que em algumas circunstâncias os discursos separatistas com cunho étnico não obteve êxito.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que esta pesquisa se insere na linha de estudos africanos que aborda a questão da formação do estado nacional e a diversidade cultural e étnica na Guiné-Bissau, como forma de ilustrar algumas percepções do meio político e do imaginário social que as diversidades étnicas num contexto político é o maior problema do país. O resultado que encontramos durante a pesquisa, pelo visto, é que as diversidades contribuíram de forma acentuada na construção da identidade nacional. Vale lembrar que, os grupos étnicos eram a principal força contra a dominação estrangeira, foram estes os primeiros a reivindicar contra a ocupação colonial.

Nessa conjuntura que acabou por surgir, num segundo momento, os movimentos urbanos que protagonizaram a conquista da soberania dos povos através da luta pela independência política pondo fim a repressão colonial e a submissão cultural e aos trabalhos forçados. Todo esse processo longo e doloroso foi liderado pelo um único movimento de libertação o PAIGC. Este que tinha o projeto que visava a construir uma identidade nacional guineense e cabo verdiana, baseada na unidade nacional e binacional.

Em 1994, o país conheceu a sua primeira eleição (depois de longos anos do regime do partido único) onde havia a tentativa de separação das diversidades étnicas construída na harmonia desde a luta armada. Um dos objetivos deste trabalho é de mostrar que a disputa dos partidos políticos que tentaram trazer da diversidade étnica um problema, e traçando estratégias de manipulação colocando os grupos étnicos para centro deste debate, poderia ter consequências graves para a implementação da nossa jovem democracia.

Conclui-se que a diversidade étnica contribuiu muito na formação do estado nacional e da identidade do povo guineense. Assim como, o crioulo serviu como mediador entre as distintas línguas étnicas, por isso não devemos colocar a diversidade para separar a população.

Finalmente, espera com este estudo a contribuição no que diz respeito ao tema formação do estado nacional e a diversidade cultural e étnica na Guiné-Bissau, que em outras partes da África ainda constituem conflitos graves, em que essa diversidade vem sendo um problema que agrava a situação dos países. A pesquisa traz ainda, como resultado a compreensão do que se vive na Guiné-Bissau desde a independência (regime do partido único), até a adoção do modelo de multipartidarismo, dilemas sobre as diversidades étnicas que insistem e considerar como causa-problemas das sucessivas instabilidades, que na verdade têm como protagonistas as lideranças políticas que as usam como narrativas discursivas para atingir seus fins.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A.; MARTELO, D. **A guerra de libertação em Moçambique**. S. Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 320.

AUGEL, M. P. **O crioulo guineense e a oratura**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 69-91, 2º sem. 2006.

AUGEL, J. **O crioulo da Guiné-Bissau**. Afro-Ásia, 19/20 (1997), 251-254.

BAUMAN, Z. **1925-Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 2005.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo** / tradução de Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BULL, P. B. **O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria/diálogo e convergência**. -Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989. – 352 pags: il.

CABRAL, A. **Unidade e luta**. Um Poema de Amílcar Cabral-Praia, Cabo Verde, 1945.

CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões Entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)** / Salvador, 2013.

CARDOSO, C. **Guiné-Bissau: um País de tribalismo? Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros Ensaios**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP, 1996, 264 P.

CARDOSO, C. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Disponível em: ([http://cea.iscte.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=24](http://cea.iscte.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=24)). Acessado em: 14. 03. 2016.

CORDEIRO, R. S.; DIAS, A. R.; RODRIGUES, I. N. G.; LAET, L. **Resistências africanas ao domínio colonial português: Um olhar sobre colonialismo e nacionalismo na Guiné-Bissau 2010**. Disponível em: (<http://www.didinho.org/Arquivo/Resistenciasafricanasaodominicolonialportugues.pdf> ). Acessado em: 14. 03. 2016.

COUTO, H. H. **As Consoantes Pré-nasalizadas do Crioulo da Guiné-Bissau**. Soronda 14 Revista dos Estudos guineenses, Guiné-Bissau, INEP. 1992.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In. (Org.) DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

DIALLO, I. **Contribuição para o debate sobre a identidade e cidadania na Guiné-Bissau**. Soronda 08-revista dos estudos guineense. Guiné-Bissau, INEP. 2004.

DJALÓ, T. **Diversidade étnica "é uma sorte" para o país – investigador** \ LUSA13 de Setembro de 2015, às 09:45. Disponível em: <  
<http://tchogue.blogspot.com.br/2015/09/diversidade-etnica-e-uma-sorte-para.html>>.  
 Acessado em 13.01.2016.

EMBALÓ, F. **O Crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator de identidade nacional**. Papia, São Paulo, v.18, p.101-107, 2008.

FREIRE, P. **Amílcar Cabral o pedagogo da revolução Palestra**: Curso de mestrado da faculdade de educação universidade de Brasília, 8 de novembro de 1985. Texto gravado e organizado por: Laura Maria Coutinho.

GERHARDT, T. A.; SILVERIA, D. T. **Métodos de pesquisa** \ [organizado por] Tatiana Angel Gerhardt e Denise Tolfo Silveria. Coordenado pela universidade Aberta do Brasil – UAB\UFRGS e pelo curso de graduação tecnológica – planejamento e gestão para o desenvolvimento rural da SEAD\UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** \ Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed., 1. Reimp-Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOFFE, O. **A democracia no mundo de hoje** \ Otfried Hoffe; tradução Tito Lívio Cruz Romão; [revisão da tradução Luiz Moreira]. – São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção biblioteca universal).

INSTITUTO NORBERTO BOBBIO: **Democracia: Origem história**. Publicado em 06.06.2011.

KOHL, CHRISTOPH. **Integração Nacional “por baixo”: A contribuição do associativismo em Guiné-Bissau**. Revista antropológica, ano 15, vol229(2): 7-40(2011). Versão modificada LÊ. Construindo a Nação na África Pós-Colonial: O Exemplo de Guiné-Bissau.

KOTTAK, C. P. **Um espelho para a humanidade: uma introdução à antropologia cultural** / Conrad Phillip Kottak; tradução: Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Carlos Caroso. – 8. Ed. – Porto Alegre: AMGH, 2013. 388 p.

LOPES, C. **O Kaabu e os seus vizinhos: Uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos**. Afro-Àsia, núm. 32, 2005, pp. 9-28 Universidade Federal da Bahí.

MANÈ, M.. **O Kaabu: Uma das grandes entidades do patrimônio cultural Senegambiano**. Soronda – Revista dos Estudos Bissau-guineense, Guiné-Bissau, INEP, 1989.

- MARTINAZZO, C. J. **Identidade Humana; Unidade e Diversidade enquanto desafios Para Uma Educação Planetária**. UNIJUÍ. 2010.
- MENDES, L. F. **Democracia na Guiné-Bissau: Por uma Mudança de Mentalidade**. Coimbra, 2010.
- MENDY, P. M. K. **A herança colonial e o desafio da integração**. Soronda 16- Revista dos Estudos Bissau-guineense, Guiné-Bissau, INEP, 1993.
- MENDY, P. M. K. **Conquista militar da Guiné: da resistência a “pacificação” do arquipélago dos Bijagós**. Soronda 13- Revista dos Estudos guineenses, Guiné-Bissau, INEP, 1992.
- Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- NHAGA, G. J. **Formação de identidade nacional na Guiné-Bissau**. Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais departamento de Sociologia, 2011.
- NIANE, D. T. **O Mali e a Segunda Expansão Manden. História Geral da África, Capítulo 6, IV: África do século: XII ao XVI**. – 2. Ed. Ver. – Brasília: UNESCO, 2010. 896p.
- OPAZO, E. M. **Notas sobre a evolução fonética do português para o Crioulo**. Soronda 10 – Revista dos Estudos guineense, Guiné-Bissau, INEP. 1990.
- PEREIRA, A. **Guiné-Bissau, Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países**. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.
- PERSON, Y. **Os Povos da Costa – Primeiros Contatos com os Portugueses - de Casamance às lagunas da Costa de Marfim**. História Geral da África, capítulo 12, IV: África do século XVII ao XVI / editado por Djiril Tamsir Niane. – 2. ed. Ver. – Brasília: UNESCO, 2010. 896p.
- PINTO, Bruno César (2011). **Formação do Estado Guineense**. Disponível em: (<http://www.didinho.org/Arquivo/FORMACAODOESTADOGUINEENSE.htm>). Acessado em 02.08.2016.
- PINTO, P. **Tradição e Modernidade na Guiné-Bissau: Uma Perspectiva Interpretativa do Subdesenvolvimento**. Centros de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- ROCHA, J. A. O.; ZAVALA, G. J. B. **O desenvolvimento do poder local em África: o caso dos municípios em Moçambique**- cadernos de estudos africanos, 2015.
- ROUGÈ, J. L. **Uma hipótese sobre a formação do Crioulo da Guiné-Bissau e da Cassamansa**. Soronda 02- revistas dos estudos guineenses, Guiné-Bissau INEP 1986.

SANGREMAN, C.; SOUSA, J. F.; ZEVEERINO, G. R.; BARROS, M. J. **Guiné-Bissau (1994-2005): Um Estudo Social das Motivações Eleitoral Num Estado Frágil.** Lusotopie, 15 (2008) 1: 3-25.

SEMEDO, J. R. **O Estado da Guiné-Bissau e os Desafios Político-institucionais.** 7.º CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS | 7.º CONGRESO DE ESTUDOS AFRICANOS | 7TH CONGRESS OF AFRICAN STUDIES LISBOA, 2010.

SILVA, A. E. D. « **Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC** », Cadernos de Estudos Africanos [Online], 9/10 | 2006, posto online no dia 27 Maio 2014, consultado o 25 Maio 2016.

SILVA, A. S.; OLIVEIRA, J. S. **Democracia Grega democracia e Cidadania: da Grécia Antiga a Atualidade.** Disponível em: [adrianohistoriaunbejequeie.blogspot.com.br](http://adrianohistoriaunbejequeie.blogspot.com.br).

SISSOKO, M. **PAIGC foi fundado em Conakri, no ano 1962.** Disponível em: <http://www.odemocratagb.com/historiador-mario-sissoko-o-paigc-nao-foi-fundado-em-19-de-setembro-de-1956/>. Acessado em: 12.12.2016.

SUCUMA, A. **Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008/** Arnaldo Sucuna. O autor, 2013. 115 f. il ; 30 cm.

TÉ, J. A. A. **Música, mídia e identidade nacional na Guiné-Bissau: da revolução armada à independência** / Júlio António Apono Té. – Marília, 2016. 110 f.; 30 cm.

TEIXEIRA, R. J. D. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006** / Ricardino Jacinto Dumas Teixeira – Recife: O autor, 2008.

TEIXEIRA, R. J. D. **Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998-2003.** Didinho.org. Disponível em: [WWW.Didinho.org.acesso](http://WWW.Didinho.org.acesso). Acessado em 16.08.2016

TÔMAS, A. **O fazedor de utopia: uma biografia de Amílcar Cabral.** 2. ed. [s.I.]: Tinta da China, 2008.

VALANDRO, L. **Literatura, memória e nação na Guiné-Bissau.** Cadernos ESPUC Belo Horizonte-N. 20 2010, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRS.